

# Prefeitura Municipal de São Domingos

Lei

**ESTADO DA BAHIA****PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS**

Praça Izaque Pinheiro, nº. 110 – Centro – São Domingos – BA.

CNPJ/MF. 16.435.547/0001-50 - TEL. (75) 3695-2900/2164 - CEP. 48.895-000

**LEI Nº 492/2017 DE 28 DE JULHO DE 2017**

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

**O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS - ESTADO DA BAHIA**, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

## DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º** - Esta Lei estabelece as Diretrizes Orçamentárias do Município de São Domingos, para o exercício de 2018, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º da Constituição Federal combinado com os arts. 62, 159, §2º e 160 §6º inciso II da Constituição Estadual e art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, compreendendo:

- I - as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- II - a estrutura, organização e diretrizes para a elaboração e execução do orçamento como também suas alterações;
- III - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- IV - as disposições sobre alterações na legislação tributária e política de arrecadação de receitas;
- V - as disposições do Regime de Gestão Fiscal Responsável;
- VI - as disposições finais.

## CAPÍTULO I

### DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

**Art. 2º** - As prioridades e metas para o exercício financeiro de 2018 da gestão

Prefeitura Municipal de São Domingos – BA.

# Prefeitura Municipal de São Domingos



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS**

Praça Izaque Pinheiro, nº. 110 – Centro – São Domingos – BA.

CNPJ/MF. 16.435.547/0001-50 - TEL. (75) 3695-2900/2164 - CEP. 48.895-000

- XI- Incentivo as políticas voltadas ao ensino básico, desde aos profissionais do magistério, no tocante a remuneração e a sua requalificação; até reestruturação e conservação das instituições de ensino básico.
- XII - desenvolvimento de políticas voltadas para a formação educacional da criança, adolescentes, jovens e adultos, como também investindo em ações de melhoria física das unidades escolares e do acesso ao ensino.
- XIII - ampliação e melhorias na infra-estrutura objetivando a acessibilidade aos serviços oferecidos por esta administração como saúde, educação, saneamento, habitação e Lazer a todos os municípes.
- XIV - ampliação do acesso da população aos serviços básicos de saúde, procurando atender aos programas de doenças infectocontagiosas, saúde da família e agentes comunitários.
- XV – Criar fundo de fomento para desenvolvimento socioeconômico.
- XVI – atender as demandas de infra-estrutura da sociedade tais como saneamento, esgotamento sanitário e pavimentação; principalmente aquelas famílias que ocupam área e zona de risco.
- XVII – Implantação, ampliação e manutenção dos atendimentos na saúde relativos a Média,Alta Complexidade.
- XVIII – Implantações Políticas Sociais de apoio a infância e a adolescência.
- XIX – Implementação de políticas públicas de apoio assistencial garantido os direitos constitucionais ao idoso, a criança, ao adolescente.
- XX – Programar Ações que atendam aqueles que vivem abaixo na linha da pobreza.

**Art. 3º** - As metas para o exercício financeiro de 2018 serão especificadas no Anexo complementar ao Projeto de Lei do Plano Plurianual atinente ao quadriênio 2018-2021 as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual de 2018, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

**§ 1º** – Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2018 será dada maior prioridade:

- I – às políticas de inclusão social;

Prefeitura Municipal de São Domingos – BA.

# Prefeitura Municipal de São Domingos



ESTADO DA BAHIA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS**

Praça Izaque Pinheiro, nº. 110 – Centro – São Domingos – BA.

CNPJ/MF. 16.435.547/0001-50 - TEL. (75) 3695-2900/2164 - CEP. 48.895-000

II – à austeridade na gestão dos recursos públicos; e

III – à promoção do desenvolvimento econômico sustentável.

§ 2º - A execução das ações vinculadas às prioridades e metas do Anexo a que se refere o *caput* estará condicionada à manutenção do equilíbrio das contas públicas, conforme Anexo de Metas Fiscais que integra a presente lei.

## CAPÍTULO II

### DA ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES.

#### Seção I

#### Das Disposições Gerais

Art. 4º - A Lei Orçamentária Anual obedecerá aos princípios da Unidade, Universalidade e Anualidade, estimando a Receita e fixando a Despesa, sendo estruturada na forma definida na Lei nº 4.320/64 e Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 5º - Para efeitos de entendimento da lei orçamentária, entende-se por :

I – Função, deve entender-se o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público.

II – Função "Encargos Especiais", engloba as despesas em relação às quais não se possa associar um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, tais como : dívidas, ressarcimentos, indenizações e outras afins, representando, portanto, uma agregação neutra.

III – Subfunção, representa uma partição da função, visando a agregar determinado subconjunto de despesa do setor público.

IV – Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual.

V – Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente.

VI – Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um

Prefeitura Municipal de São Domingos – BA.

# Prefeitura Municipal de São Domingos



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS**

Praça Izaque Pinheiro, nº. 110 – Centro – São Domingos – BA.

CNPJ/MF. 16.435.547/0001-50 - TEL. (75) 3695-2900/2164 - CEP. 48.895-000

programa envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo ;

VII – Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação sob a forma de bens ou serviços.

VIII – Receita Corrente Líquida, somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, de transferências correntes e outras receitas correntes, deduzidos a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 21 da Constituição Federal; e

IX – Despesa Total com Pessoal, o somatório dos gastos de cada Poder com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas às entidades de previdência.

**Parágrafo Único** - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

**Art. 6º** - Os recursos do Tesouro Municipal serão alocados para atender, em ordem de prioridade, às seguintes despesas:

I - pessoal e encargos sociais, observado o limite previsto na Lei Complementar nº 101/2000;

II - juros, encargos e amortizações da dívida fundada interna e externa em observância Legislação Vigente.

III - contrapartidas previstas em contratos de empréstimos internos e externos ou de convênios ou outros instrumentos similares, observados os respectivos cronogramas de desembolso;

IV - outros custeios administrativos e aplicações em despesas de capital.

**§ 1º** – As dotações destinadas às despesas de capital, que não sejam financiadas com recursos originários de contratos ou convênios, somente serão programadas com os recursos oriundos da economia com os gastos de outras despesas correntes, desde que atendidas plenamente as prioridades estabelecidas neste artigo.

Prefeitura Municipal de São Domingos – BA.

# Prefeitura Municipal de São Domingos



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS**

Praça Izaque Pinheiro, nº. 110 – Centro – São Domingos – BA.

CNPJ/MF. 16.435.547/0001-50 - TEL. (75) 3695-2900/2164 - CEP. 48.895-000

**§ 2º** - Os recursos originários do Tesouro Municipal serão, prioritariamente, alocados para atender às despesas com pessoal e encargos sociais, nos limites previstos na Lei Complementar nº 101/2000, e serviços da dívida, somente podendo ser programados para outros custeios administrativos e despesas de capital, após o atendimento integral dos aludidos gastos.

**Art. 7º** - Somente serão incluídas na proposta orçamentária financiada por recursos oriundos das operações de crédito mediante lei autorizativa do Poder Legislativo.

**Art. 8º** - A estimativa da receita e a fixação da despesa constante no projeto de lei orçamentária serão elaboradas a preços correntes do exercício a que se refere.

**Art. 9º** - O projeto de Lei do município para o exercício financeiro de 2018 deve assegurar o controle social e a transparência na elaboração do orçamento:

I – o princípio de controle social implica em assegurar o povo na participação da elaboração do orçamento, através de representantes no legislativo.

II – o princípio de transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o acesso da comunidade às informações relativas ao orçamento.

**Art. 10º** - Na programação de investimentos da Administração Pública direta e indireta, além do atendimento às metas e prioridades especificadas na forma dos arts. 2º e 3º desta Lei, observar-se-ão as seguintes regras:

I- a destinação de recursos para projetos deverá ser suficiente para a execução integral de uma ou mais unidades ou a conclusão de uma etapa, se sua duração compreender mais de um exercício;

II- será assegurado alocação de contrapartida para projetos que contemplem financiamentos;

III- não poderão ser programados novos projetos que não tenham viabilidade técnica, econômica e financeira.

**§ 1º** - A programação das demais despesas de capital, com os recursos referidos no *caput* deste artigo poderá ser feita quando prevista em contratos e convênios ou, desde que atendidas plenamente as prioridades indicadas, os recursos sejam provenientes da economia com os gastos de outras despesas correntes.

**§ 2º** - A programação da despesa à conta de recursos oriundos do orçamento fiscal e da seguridade social observará a destinação e os valores constantes do respectivo

Prefeitura Municipal de São Domingos - BA.

# Prefeitura Municipal de São Domingos



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS**

Praça Izaque Pinheiro, nº. 110 – Centro – São Domingos – BA.

CNPJ/MF. 16.435.547/0001-50 - TEL. (75) 3695-2900/2164 - CEP. 48.895-000

orçamento.

## Seção II

### Da Estrutura e Organização dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

**Art. 11º** - Para fins desta Lei conceituam-se:

- I - **categoria de programação** – a identificação da despesa compreendendo sua classificação em termos de funções, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais, atendendo as Normas Legais Vigentes.
- II - **transposição** – o deslocamento de uma categoria de programação de um órgão para outro, pelo total ou saldo;
- III - **remanejamento** – a mudança de dotações de uma categoria de programação para outra no mesmo órgão;
- IV - **transferência** – o deslocamento de recursos da reserva de contingência para a categoria de programação, de uma função de governo para outra, ou de um órgão para outro para atender passivos contingentes;
- V - **Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD)** - instrumento que detalha, operacionalmente, os projetos e atividades constantes da Lei Orçamentária Anual, especificando a Categoria Econômica, o Grupo de Despesa e o Elemento de Despesa constituindo-se em instrumento de execução orçamentária e gerencial,
- VI - **Alteração do Detalhamento da Despesa** - a inclusão ou reforço de dotações de elementos, dentro do mesmo projeto, atividade, categoria econômica e grupo de despesa.
- VII - **reserva de contingência** – a dotação global sem destinação específica a órgão, unidade orçamentária, programa, categoria de programação ou grupo de despesa, que será utilizada como fonte para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos;
- VIII - **passivos contingentes** – questões pendentes de decisão judicial que podem determinar um aumento da dívida pública se julgadas procedentes ocasionará impacto sobre a política fiscal, a exemplo de ações trabalhistas e tributárias; fianças e avais concedidos por empréstimos; garantias concedidas em operações de crédito, e outros riscos fiscais imprevistos;

Prefeitura Municipal de São Domingos – BA.

# Prefeitura Municipal de São Domingos



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS**

Praça Izaque Pinheiro, nº. 110 – Centro – São Domingos – BA.

CNPJ/MF. 16.435.547/0001-50 - TEL. (75) 3695-2900/2164 - CEP. 48.895-000

- IX - **Créditos adicionais** – as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas que modifiquem o valor original da Lei de Orçamento;
- X - **crédito adicional suplementar** – as autorizações de despesas destinadas a reforçar programas, projetos ou atividades existentes na Lei Orçamentária, que modifiquem o valor global dos grupos de despesa;
- XI - **crédito adicional especial** – as autorizações de despesas, mediante lei específica, destinadas a criação de novos programas, projetos ou atividades que não contemplados na Lei Orçamentária;
- XII - **crédito adicional extraordinário** – as autorizações de despesas, mediante decreto do Poder Executivo e posterior comunicação ao Legislativo, destinadas a atender necessidades imprevisíveis e urgentes em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

**Art. 12º** - Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, em consonância com os dispositivos da Portaria nº 42 de 14/04/1999 do Ministério do Planejamento, da Portaria Interministerial nº 163 de 04/05/2001, e da Portaria Conjunta 02/2007 a discriminação da despesa será apresentada por unidade orçamentária, expressa por categoria de programação, indicando-se, para cada uma, no seu menor nível de detalhamento;

I – o orçamento a que pertence ;

II – o grupo de despesa a que se refere, obedecendo a seguinte classificação :

- a) Despesas Correntes :
- Pessoal e Encargos Sociais.
  - Juros e Encargos da dívida.
  - Outras despesas correntes.
- b) Despesa Capital.
- Investimentos.
  - Inversões Financeiras.
  - Amortização e Refinanciamento da dívida.
  - Outras Despesas de Capital.

**Art. 13º** - O orçamento fiscal compreenderá a receita e a programação da despesa dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos da administração direta, autarquias, e

Prefeitura Municipal de São Domingos - BA.

# Prefeitura Municipal de São Domingos



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS**

Praça Izaque Pinheiro, nº. 110 – Centro – São Domingos – BA.

CNPJ/MF. 16.435.547/0001-50 - TEL. (75) 3695-2900/2164 - CEP. 48.895-000

fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

§ 1º – A totalidade das receitas e despesas de cada autarquia e fundação constará no orçamento fiscal, mesmo que as entidades não tenham qualquer parcela de sua despesa financiada com recursos transferidos do tesouro Municipal.

§ 2º - O Município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos e transferências na manutenção e no desenvolvimento do ensino conforme dispõem a Constituição Federal no seu art. 212, as Emendas Constitucionais nº 14/96 e 53/06 e a Lei nº 11.494/07.

**Art. 14º** - O orçamento da seguridade social abrangerá os recursos e as programações dos órgãos e entidades da administração direta ou indireta do Município, inclusive seus fundos e fundações, que atuem nas áreas de saúde, previdência e assistência social.

**Parágrafo único** – O Município aplicará, no mínimo 15% (quinze por cento) da receita de impostos e transferências em ações e serviços públicos de saúde, conforme disposto no inciso III do art. 7º da Emenda Constitucional

29/2000, regulamentada pela lei 141/2012.

**Art. 15º** - A proposta orçamentária anual que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, até 30 de setembro de 2017, será composta, além da mensagem e do respectivo projeto de lei, os seguintes anexos abaixo relacionados:

I - anexos dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

II - informações complementares.

§ 1º - Integrarão a Lei de Orçamento, atendendo aos princípios da unidade, universalidade e anualidade e conforme estabelece o § 1º do art. 2º da Lei nº 4.320/64:

I- sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo;

II - quadro demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas, na forma do Anexo 01 da Lei nº 4.320/64;

III - quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação;

IV - quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.

Prefeitura Municipal de São Domingos – BA.



# Prefeitura Municipal de São Domingos



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS**

Praça Izaque Pinheiro, nº. 110 – Centro – São Domingos – BA.

CNPJ/MF. 16.435.547/0001-50 - TEL. (75) 3695-2900/2164 - CEP. 48.895-000

**§ 2º** - Os anexos relativos aos orçamentos: fiscal e da seguridade social serão compostos, com dados isolados ou consolidados, pelos seguintes demonstrativos:

- I - da programação referente à manutenção e desenvolvimento do ensino, de modo a dar cumprimento ao disposto no art. 212 da Constituição Federal;
- II - do quadro da dívida fundada e flutuante do Município, com base no Balanço Patrimonial do exercício financeiro de 2016;
- III - demonstrativo da Receita Arrecadada nos últimos 3 (três) exercícios e sua projeção para os 3 (três) subseqüentes;
- IV - demonstrativo da Receita e Despesa segundo o Anexo 02 da Lei nº 4.320/64;
- V - demonstrativo da despesa na forma dos Anexos 6 a 9 da Lei n.º 4.320/64 – art. 2º, § 2º e suas alterações.

**§ 3º** - As atividades de manutenção básica terão preferência sobre as atividades que visem a sua expansão.

**Art 16º** – É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que atendam diretamente ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde e educação.

**§ 1º** - Os recursos destinados a título de subvenções sociais, somente serão alocados nos órgãos, entidades e fundos, que atuam nas áreas citadas no *caput* deste artigo.

**§ 2º** - Os repasses de recursos serão efetivados através de convênios, conforme determina o art. 116, da Lei nº 8.666/1993 e a exigência do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 17º** – A concessão de recursos para cobrir necessidades de pessoas físicas, conforme determina o art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000, deverá ser autorizada por

Prefeitura Municipal de São Domingos – BA.

# Prefeitura Municipal de São Domingos



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS**

Praça Izaque Pinheiro, nº. 110 – Centro – São Domingos – BA.

CNPJ/MF. 16.435.547/0001-50 - TEL. (75) 3695-2900/2164 - CEP. 48.895-000

lei específica, atendidas as condições nela estabelecidas.

**Art. 18º** - A discriminação da receita será efetuada de acordo com o estabelecido na Legislação Vigente.

**Art. 19º** – A receita municipal será constituída da seguinte forma:

- I - dos tributos de sua competência;
- II - das transferências constitucionais;
- III - das atividades econômicas que, por conveniência, o Município venha a executar;
- IV - dos convênios firmados com órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual ou de outros Municípios ou com Entidades e Instituições Privadas Nacionais e Internacionais, firmados mediante instrumento legal;
- V - das oriundas de serviços executados pelo Município;
- VI - da cobrança da dívida ativa;
- VII - das oriundas de empréstimos e financiamentos devidamente autorizados e contratados;
- VIII - dos recursos para o financiamento da Educação, definida pela legislação vigente, em especial Leis nº 9.394/96 e nº 9.424/96;
- IX - de outras rendas.

**Art. 20º** - Nos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos, a apropriação da despesa far-se-á por categoria de programação conforme conceito estabelecido no art. 9º, inciso I, desta Lei.

**§ 1º** - Para fins de integração do planejamento e orçamento, será adotada, no âmbito do Município, a classificação por função, subfunção e programa a que se refere a Legislação Vigente.

**§ 2º** - Os órgãos da Administração Direta, os Fundos e as entidades da Administração Indireta, responsáveis direta ou indiretamente pela execução das ações de

Prefeitura Municipal de São Domingos – BA.

# Prefeitura Municipal de São Domingos



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS**

Praça Izaque Pinheiro, nº. 110 – Centro – São Domingos – BA.

CNPJ/MF. 16.435.547/0001-50 - TEL. (75) 3695-2900/2164 - CEP. 48.895-000

uma categoria de programação, serão identificados na proposta orçamentária, como unidades orçamentárias.

**Art. 21º** - A Lei Orçamentária estimará a receita e fixará a despesa dentro da realidade, capacidade econômico-financeira e da necessidade do Município.

Seção III

## **Diretrizes para Elaboração e Execução dos Orçamentos e suas Alterações**

**Art. 22º** - O Poder Legislativo encaminhará, até o dia 30 de Julho de 2017, ao Poder Executivo, a respectiva proposta de orçamento, para efeito de sua consolidação na proposta de orçamento do Município, atendido os princípios constitucionais, estabelecidos a esse respeito.

**Parágrafo único** - Na elaboração de sua proposta, o Poder Legislativo, além da observância do estabelecido nesta Lei, adotará:

I – o estabelecido no art. 29-A da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 25/2000;

II – os procedimentos estabelecidos pelo órgão encarregado da elaboração do orçamento.

**Art. 23º** – O órgão responsável pelo setor jurídico encaminhará ao órgão encarregado da elaboração do orçamento, até 31 de julho de 2018, a relação dos débitos atualizados e constantes de precatórios judiciais a serem

incluídos na proposta orçamentária, conforme determina o art. 100, § 1º da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 30, discriminada por órgão da administração direta, autarquias, fundações e fundos e por grupos de despesa, especificando:

- I - número e data do ajuizamento da ação ordinária;
- II - tipo do precatório;
- III - tipo da causa julgada;
- IV - data da autuação do precatório;
- V - nome do beneficiário;
- VI - valor a ser pago; e,
- VII - data do trânsito em julgado.

**§ 1º** - A inclusão de recursos na Lei Orçamentária será realizada de acordo com os

Prefeitura Municipal de São Domingos – BA.

# Prefeitura Municipal de São Domingos



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS**

Praça Izaque Pinheiro, nº. 110 – Centro – São Domingos – BA.

CNPJ/MF. 16.435.547/0001-50 - TEL. (75) 3695-2900/2164 - CEP. 48.895-000

seguintes critérios e prioridades, respeitada a ordem cronológica:

- I - precatórios de natureza alimentícia;
- II - precatórios de natureza não alimentícia, com valor não superior a R\$ 3.000,00 (tres mil reais), cujo pagamento deverá ser efetuado em parcela única;
- III - precatórios de natureza não alimentícia, com valor superior a R\$ -3.000,00 (três mil reais), cujo pagamento poderá ser efetuado em até 10 (dez) parcelas iguais, anuais e sucessivas;
- IV - precatórios originários de desapropriação de imóvel residencial do credor, desde que comprovadamente único à época de imissão da posse, cujos valores ultrapassem o limite do inciso II, serão divididos em 02 (duas) parcelas, iguais e sucessivas.

**Art. 24º** - As propostas de modificação do projeto de Lei Orçamentária Anual serão apresentadas:

I - na forma das disposições constitucionais ;

II - acompanhadas de exposição de motivos que as justifiquem.

**Art. 25º** - Na apreciação pelo Poder Legislativo do projeto de Lei Orçamentária Anual, as emendas somente poderão ser aprovadas caso:

- I - sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídos os que incidam sobre:
  - a) dotação para pessoal e seus encargos;
  - b) serviço da dívida.
- III - sejam relacionadas com:
  - a) a correção de erros ou omissões; ou
  - b) os dispositivos do texto do projeto de Lei.

**§ 1º** - As emendas deverão indicar, como parte da justificativa:

---

Prefeitura Municipal de São Domingos – BA.

# Prefeitura Municipal de São Domingos



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS**

Praça Izaque Pinheiro, nº. 110 – Centro – São Domingos – BA.

CNPJ/MF. 16.435.547/0001-50 - TEL. (75) 3695-2900/2164 - CEP. 48.895-000

- I - no caso de incidirem sobre despesas com investimentos, a viabilidade econômica e técnica do projeto durante a vigência da lei orçamentária;
- II - no caso de incidirem sobre despesas com ações de manutenção, a comprovação de não inviabilização operacional da entidade ou órgão cuja despesa é reduzida.

**§ 2º** - A correção de erros ou omissões será justificada circunstancialmente e não implicará a indicação de recursos para aumento de despesas previstas no projeto de Lei Orçamentária.

**Art. 26º** - A criação de novos projetos ou atividades, além dos constantes da proposta de Lei Orçamentária Anual, somente será admitida mediante a redução de dotações alocadas a outros projetos ou atividades, observadas as disposições constitucionais.

**Art. 27º** - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2018 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da Gestão Fiscal, observando o princípio da publicidade e permitindo-se um amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada etapa.

**Art. 28º** - O chefe do Poder Executivo adotará mecanismos para assegurar a participação social na indicação de prioridades na elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2018, bem como no acompanhamento e execução dos projetos contemplados.

**Parágrafo único** - Os mecanismos previstos no *caput* deste artigo serão operacionalizados:

- I - mediante audiências públicas, com a participação da população em geral, de entidades de classes, setores organizados da

Sociedade civil e organizações não governamentais;

- II - pela seleção dos projetos prioritários, por cada área considerada, a serem incorporados na proposta orçamentária do exercício.

**Art. 29º** - O Poder Executivo poderá enviar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de Lei Orçamentária enquanto não iniciada na comissão técnica a votação da parte cuja alteração é proposta.

**Art. 30º** - O Quadro de Detalhamento de despesa deve fazer parte obrigatoriamente da Lei Orçamentária Anual. *(Modificado pela emenda 001/2017)*

**§ 1º** - Os Quadros de Detalhamento da Despesa – QDDs deverão discriminar, a categoria de programação da despesa ao nível de elemento de despesa e fonte de recurso.

Prefeitura Municipal de São Domingos – BA.

# Prefeitura Municipal de São Domingos



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS**

Praça Izaque Pinheiro, nº. 110 – Centro – São Domingos – BA.

CNPJ/MF. 16.435.547/0001-50 - TEL. (75) 3695-2900/2164 - CEP. 48.895-000

§ 2º - Os QDD, seja no âmbito do Poder Executivo, assim como no âmbito do Poder Legislativo, deverão ser aprovados pelo plenário da Câmara Municipal de Vereadores, quando da aprovação da Lei Orçamentária Anual - LOA. *(Modificada pela Lei nº 001/2017)*

§ 3º - Os QDDs poderão ser alterados, no decurso do exercício financeiro, para atender às necessidades de execução orçamentária, respeitada, sempre, os valores dos respectivos grupos de despesa, estabelecidos na Lei Orçamentária ou em créditos adicionais regularmente abertos.

§ 4º - As fontes de recursos de que trata o § 1º deste artigo, serão apresentadas da seguinte forma:

00 Recursos Ordinários

01 Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Educação – 25%

02 Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Saúde – 15%

03 Contribuição p/ o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (patronal, servidores e compensação financeira)

04 Contribuição ao Programa Ensino Fundamental – Salário Educação

14 Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS

15 Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE

16 Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE

18 Transferências FUNDEB (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica)

19 Transferências FUNDEB (aplicação em outras despesas de Educação Básica)

22 Transferências de Convênios – Educação

23 Transferências de Convênios – Saúde

24 Transferências de Convênios – Outros (não relacionados à educação/saúde)

29 Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS

30 Transferências do Fundo de Investimento Econômico Social - FIES

42 Royalties/Fundo Especial do Petróleo/Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais

50 Receitas Próprias de Entidades de Administração Indireta

90 Operações de Crédito Internas

91 Operações de Crédito Externas

92 Alienação de Bens

93 Outras Receitas Não Primárias

94 Remuneração de Depósitos Bancários

**Art. 31º** – Até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária, o Poder Executivo, através de decreto, elaborará programação financeira, visando compatibilizar os gastos com a efetiva arrecadação das receitas e o cronograma de execução mensal de

Prefeitura Municipal de São Domingos – BA.

# Prefeitura Municipal de São Domingos



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS**

Praça Izaque Pinheiro, nº. 110 – Centro – São Domingos – BA.

CNPJ/MF. 16.435.547/0001-50 - TEL. (75) 3695-2900/2164 - CEP. 48.895-000

desembolso, conforme estabelecido no art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000

**Art. 32º** – As propostas de modificação da Lei Orçamentária por créditos adicionais, serão apresentadas na forma e com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária Anual.

**Parágrafo único** – Acompanharão as propostas relativas aos créditos adicionais, exposições de motivos circunstanciados que justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos e das operações especiais.

**Art. 33º** - Fica o Poder Executivo autorizado a promover as alterações e adequações de sua administrativa, desde que sem o aumento de despesa, e com o objetivo de modernizar e conferir maior eficiência e eficácia ao poder público municipal.

## CAPÍTULO III

### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

**Art. 34º** - No exercício financeiro de 2018, as despesas com pessoal do poderes Legislativo e Executivo observarão as disposições contidas nos artigos 18,19 e 20 da Lei Complementar 101/2000.

**Art. 35º** - Para os efeitos desta Lei, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos com os ativos, os inativos e os pensionistas,

relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo Município às entidades de previdência.

**Parágrafo único** – A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

**Art. 36º** – Os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".

**Parágrafo único** – Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do *caput*, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividade que, simultaneamente:

Prefeitura Municipal de São Domingos - BA.

# Prefeitura Municipal de São Domingos



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS**

Praça Izaque Pinheiro, nº. 110 – Centro – São Domingos – BA.

CNPJ/MF. 16.435.547/0001-50 - TEL. (75) 3695-2900/2164 - CEP. 48.895-000

I – sejam assessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade;

II – não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente.

**Art. 37º** - As dotações orçamentárias destinadas às despesas com pessoal e encargos sociais, em cada Poder, serão estimadas, para o exercício de 2018, com base na folha de pagamento de junho de 2017, projetada para o exercício, considerando os eventuais acréscimos legais.

**§ 1º** – A repartição dos limites globais não poderá exceder os seguintes percentuais, conforme estabelece o art. 19, inciso III da Lei Complementar nº 101/2000.

I - 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo;

II - 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo.

**§ 2º** - Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo, não serão computadas as despesas:

I - de indenização por demissão de servidores ou empregados;

II - relativas a incentivos à demissão voluntária;

III - derivadas da aplicação do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição Federal;

IV - decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração.

**§ 3º** – Para fins deste artigo entende-se como receita corrente líquida o disposto no art. 2º, inciso IV da Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 38º** - No exercício financeiro de 2018, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, fica autorizado nesta Lei, à criação de cargos ou alteração na estrutura de carreira de pessoal a qualquer título, pelos órgãos da administração direta e indireta, a concessão de vantagem ou aumento de remuneração e a admissão de servidores, com o seguinte condicionamento:

I – existirem cargos vagos a preencher;

Prefeitura Municipal de São Domingos - BA.



# Prefeitura Municipal de São Domingos



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS**

Praça Izaque Pinheiro, nº. 110 – Centro – São Domingos – BA.

CNPJ/MF. 16.435.547/0001-50 - TEL. (75) 3695-2900/2164 - CEP. 48.895-000

- II – houver necessidade de ampliação do quadro de servidores;
- III – houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa;
- e
- IV – forem observados os limites previstos no artigo anterior.

**Art. 39º** - A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos no § 1º do art. 37 desta Lei será realizada ao final de cada quadrimestre.

**Parágrafo único** - Se à despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder que houver incorrido no excesso:

- I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição Federal;
- II - criação de cargo, emprego ou função;
- III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
- V - contratação de hora extra.

**Art. 40º** – Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão, ultrapassar os limites definidos no art. 37, sem prejuízo das medidas previstas no art. 37 desta Lei, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos § 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal.

**§ 1º** - No caso do inciso I do § 3º do art. 169 da Constituição Federal, o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções quanto pela redução dos valores a eles atribuídos.

**§ 2º** - É facultada a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária.

**§ 3º** - Não alcançada a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá:

Prefeitura Municipal de São Domingos – BA.

# Prefeitura Municipal de São Domingos



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS**

Praça Izaque Pinheiro, nº. 110 – Centro – São Domingos – BA.

CNPJ/MF. 16.435.547/0001-50 - TEL. (75) 3695-2900/2164 - CEP. 48.895-000

- 
- I - receber transferências voluntárias;
  - II - obter garantia, direta ou indireta, de outro ente;
  - III - contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.

§ 4º - As restrições do § 3º aplicam-se imediatamente se a despesa total com pessoal exceder o limite no primeiro quadrimestre do último ano do mandato dos titulares de Poder.

**Art. 41º** - Todo e qualquer ato que provoque aumento da despesa total com pessoal somente será editado e terá validade se:

- I - houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às despesas com pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, nos termos do art. 169, § 1º, inciso I, da Constituição Federal;
- II - for comprovado o atendimento do limite de comprometimento da despesa com pessoal estabelecido no art. 37 desta Lei.

**Parágrafo único** - O disposto no *caput* compreende, entre outras:

- I - a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração.
- II - a criação de cargos, empregos e funções ou a alteração de estrutura de carreiras;
- III - a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título.

**Art. 42º** - O projeto da Lei Orçamentária poderá consignar recursos adicionais necessários ao incremento do quadro de pessoal nas áreas de:

- I - educação;
- II - saúde;
- III - fiscalização fazendária;
- IV - assistência à criança e ao adolescente.

---

Prefeitura Municipal de São Domingos – BA.

# Prefeitura Municipal de São Domingos



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS**

Praça Izaque Pinheiro, nº. 110 – Centro – São Domingos – BA.

CNPJ/MF. 16.435.547/0001-50 - TEL. (75) 3695-2900/2164 - CEP. 48.895-000

## CAPÍTULO IV

### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E POLÍTICA DE ARRECADAÇÃO DE RECEITAS

**Art. 43º** - Em caso de necessidade, o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal projeto de lei dispondo sobre alterações na legislação tributária municipal e incremento da receita, incluindo:

- I - adaptação e ajustamento da legislação tributária às alterações da correspondente legislação Estadual e Federal;
- II - revisões e simplificações da legislação tributária municipal;
- III - aperfeiçoamento dos instrumentos de proteção dos créditos tributário;
- IV - geração de receita própria pelas entidades da administração indireta;
- V - estabelecimento de critérios de compensação de renúncia caso o município conceda incentivos ou benefícios de natureza tributária.

**Art. 44º** - A estimativa da receita que constará do projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2018 contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão de base de tributação e conseqüentemente aumento das receitas próprias.

## CAPÍTULO V

### DAS DISPOSIÇÕES DO REGIME DE GESTÃO FISCAL RESPONSÁVEL

#### Seção I

#### Das Disposições Gerais

**Art. 45º** - A gestão fiscal responsável tem por finalidade o alcance de condições de estabilidade e crescimento econômico sustentado do Município objetivando a geração de emprego, de renda e a elevação da qualidade de vida e bem-estar social.

**Art. 46º** - A gestão fiscal responsável das finanças do Município far-se-á mediante a observância de normas, presente no corpo da Lei Complementar 101/2000, destacando os seguintes focos:

- I - ao endividamento público;
- II - ao aumento dos gastos públicos com as ações governamentais de duração

Prefeitura Municipal de São Domingos – BA.

# Prefeitura Municipal de São Domingos



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS**

Praça Izaque Pinheiro, nº. 110 – Centro – São Domingos – BA.

CNPJ/MF. 16.435.547/0001-50 - TEL. (75) 3695-2900/2164 - CEP. 48.895-000

continuada;

III - aos gastos com pessoal e encargos sociais;

IV - à administração e gestão financeira.

**Art. 47º** - A fixação de despesas nos orçamentos em cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas no Plano Plurianual, priorizadas por esta Lei, guardará relação com os recursos efetivamente disponíveis, particularmente as receitas tributárias, próprias ou transferidas.

**Art. 48º** – Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam aos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

**Parágrafo único** – Para os efeitos do § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, entende-se como despesas irrelevantes, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/93, com as modificações introduzidas pela Lei n.º 9.648/98.

## Seção II

### Das Disposições Relativas à Dívida Pública Municipal

**Art. 49º** – A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento das despesas decorrentes dos débitos refinanciados, identificados na forma do art. 29 da Lei Complementar nº 101/00.

**§ 1º** - A dívida pública consolidada, conforme dispõe o art. 1º, § 1º, III, da Resolução nº 40 do Senado Federal, compreende o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, assumidas em virtude de lei, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses, dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos, e das operações de crédito, que, embora de prazo inferior a 12 (doze) meses, tenham constado como receitas no orçamento.

**§ 2º** - A dívida consolidada líquida compreende a dívida pública consolidada deduzida as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros.

Prefeitura Municipal de São Domingos – BA.

# Prefeitura Municipal de São Domingos



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS**

Praça Izaque Pinheiro, nº. 110 – Centro – São Domingos – BA.

CNPJ/MF. 16.435.547/0001-50 - TEL. (75) 3695-2900/2164 - CEP. 48.895-000

**§ 3º** – De acordo com o art. 3º, III da Resolução nº 40 do Senado Federal, o nível de endividamento do Município não poderá exceder a 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes a Receita Corrente Líquida,

**Art. 50º** – O projeto de Lei Orçamentária poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no art. 167, inciso III da Constituição Federal, observado as disposições contidas nos arts. 32 a 37 da Lei Complementar nº 101/2000.

**§ 1º** - A Lei Orçamentária Anual deverá conter demonstrativos especificando, por operação de crédito, as dotações em nível de projetos e atividades financiados por estes recursos.

**§ 2º** - O montante global das operações de crédito interna e externa, realizadas em um exercício financeiro, não poderá ser superior a 16% (dezesesseis por cento) da Receita Corrente Líquida, conforme determina o art. 7º, I da Resolução nº 43 do Senado Federal.

**Art. 51º** – A Lei Orçamentária poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no art. 38, da Lei Complementar nº 101/2000.

## CAPÍTULO VI

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 52º** - É vedado consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

**Art. 53º** - Os fundos especiais do Município, criados na forma do disposto no artigo 167, inciso IX, da Constituição Federal e disposições contidas na Lei nº 4.320/64, combinado com o previsto na Resolução nº 297/96 e Parecer Normativo nº 004/96 do Tribunal de Contas dos Municípios, constituir-se-ão em Unidade Orçamentária, vinculados a um órgão da Administração Municipal.

**Parágrafo único** - Entende-se por Unidade Orçamentária qualquer órgão, fundo especial e entidades da Administração Pública Municipal contemplados com crédito/dotação no orçamento.

**Art. 54º** - Caso a Lei Orçamentária Anual não seja aprovada e sancionada até 31 de dezembro de 2017, fica o Poder Executivo autorizado a executar a razão de 1/12 (um doze avos) da proposta orçamentária das seguintes despesas:

Prefeitura Municipal de São Domingos - BA.

# Prefeitura Municipal de São Domingos



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS**

Praça Izaque Pinheiro, nº. 110 – Centro – São Domingos – BA.

CNPJ/MF. 16.435.547/0001-50 - TEL. (75) 3695-2900/2164 - CEP. 48.895-000

- I - pessoal e encargos;
- II - serviços da dívida;
- III - despesas decorrentes da manutenção básica dos serviços municipais e ações prioritárias a serem prestadas à sociedade;
- IV - investimentos em continuação de obras de saúde, educação, saneamento básico e serviços essenciais;
- V - contrapartida de Convênios Especiais.

**Parágrafo único** - Ficam excluídas da limitação prevista no *caput* deste artigo, as despesas de convênios e financiamentos que obedeçam a uma execução fixada em instrumento próprio.

**Art. 55º** - Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o poder Executivo estabelecerá, através de decreto, a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, nos termos do disposto no Art. 8º da Lei Complementar 101/2000.

**Art 56º** - Poderá a Lei Orçamentária Anual ser atualizada, durante a sua execução, para adequá-la à conjuntura econômica e financeira, com base em índices oficiais.

**Art. 57º** - O Poder Executivo fica autorizado a firmar os convênios necessários ao cumprimento da Lei Orçamentária Anual com órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, de outros Municípios e entidades privadas, nacionais e internacionais.

**Art. 58º** - O Poder Executivo fica autorizado a fornecer transporte a alunos do Município, que estejam matriculados e frequentando cursos universitários em outras cidades.

**Art. 59º** - Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, os Poderes, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitarão a emissão de empenho e movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas.

**§ 1º** - A limitação que trata o *caput* será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento das despesas em "outras despesas correntes", "investimentos" e "inversões financeiras" de cada Poder.

**§ 2º** – Não estarão sujeitas à limitação de empenho as seguintes despesas:

- I - pessoal e encargos;

Prefeitura Municipal de São Domingos – BA.

# Prefeitura Municipal de São Domingos



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS**

Praça Izaque Pinheiro, nº. 110 – Centro – São Domingos – BA.

CNPJ/MF. 16.435.547/0001-50 - TEL. (75) 3695-2900/2164 - CEP. 48.895-000

- II - serviços da dívida;
- III - decorrentes de financiamentos;
- IV - decorrentes de convênios;
- V - as sujeitas a limites constitucionais como educação, saúde e assistência social.

§ 3º - No caso de o Poder Legislativo não promover a limitação prevista no prazo estabelecido no *caput*, o Poder Executivo fica autorizado a limitar os valores financeiros nos mesmos critérios estabelecidos para o Poder Executivo.

**Art. 60º** - A proposta orçamentária conterá reserva de contingência no orçamento fiscal.

**Art. 61º.** Os valores das metas fiscais, anexas, devem ser vistos como indicativo e, para tanto, ficam admitidas variações de forma a acomodar a trajetória que as determine até o envio do projeto de lei orçamentária de 2018 ao Legislativo Municipal.

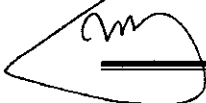
**Parágrafo único.** Ficam automaticamente revistas as previsões dos resultados orçamentário, nominal e primário, em conformidade com os valores previstos e fixados na Lei Orçamentária/2018.

**Art. 62º** – Integrarão a presente Lei os Anexos:

- I - Metas Fiscais.
- II - Riscos Fiscais.

§ 1º – Os Anexos previstos neste artigo poderão ser revistos por ocasião da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária, tendo em vista o comportamento das receitas e despesas municipais, e, também, a definição das transferências constitucionais constantes dos projetos orçamentários da União e do Estado da Bahia.

§ 2º - O Anexo de Metas e ações administrativas, que deveria compor esse projeto de lei, conforme Art. 165º parágrafo 2º da Constituição Federal e parágrafo 1º do Art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal irá compor em anexo o Projeto de Lei do Plano Plurianual (PPA) para o quadriênio 2018-2021.

  
\_\_\_\_\_  
Prefeitura Municipal de São Domingos – BA.

# Prefeitura Municipal de São Domingos



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS**

Praça Izaque Pinheiro, nº. 110 – Centro – São Domingos – BA.

CNPJ/MF. 16.435.547/0001-50 - TEL. (75) 3695-2900/2164 - CEP. 48.895-000

**Art. 63º** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até o dia 31/12/2018.

**Art. 64º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São Domingos, em 28 de Julho de 2017.

  
IZAQUE RIOS DA COSTA JUNIOR  
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de São Domingos – BA.




# Prefeitura Municipal de São Domingos


PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL - 2018		ANEXO II - PARTE II A (Art. 53, III da L.C. 101/00)				
ESPECIFICAÇÃO	2015	2016	2017	2018	2019	2020
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA (I)</b>	10.865.251,91	5.494.585,79	5.794.590,16	6.011.307,84	6.261.979,37	6.523.103,91
(-) Disponibilidade de Caixa	829.760,50	1.382.704,33	1.000.000,00	1.100.000,00	1.155.000,00	1.500.000,00
(+) Aplicações Financeiras	-	-	-	-	-	-
(-) Demais Ativos Financeiros - Portaria 447/2002	10.035.491,41	4.111.880,85	4.794.590,16	4.911.307,84	5.106.979,37	5.023.103,91
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (II)</b>						
RECEITA DE PRIVATIZAÇÃO (III)						
PASSIVOS RECONHECIDOS (IV)	10.035.491,41	4.111.880,85	4.794.590,16	4.911.307,84	5.106.979,37	5.023.103,91
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (II - III - IV)</b>	8.146.576,07	(5.923.610,56)	682.709,31	116.717,67	195.671,54	(83.875,46)
<b>RESULTADO NOMINAL ACUMULADO</b>						

\* O Valor da Dívida Consolidada de 2014 estava em R\$ 1.888.915,34. Conforme Balanço apresentado ao Tribunal.

# Prefeitura Municipal de São Domingos

 <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS</b> <b>LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2018</b> <b>EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		ANEXO II - PARTE IV	
		(Art. 4º, § 2º, III da L.C. 101/00)	
DISCRIMINAÇÃO	2014	2015	2016
Saldo Patrimonial Inicial	5.372.544,98	7.995.360,91	(881.861,15)
Variações Patrimoniais Ativas	21.168.587,84	20.947.260,90	22.888.326,35
Variações Patrimoniais Passivas	18.545.771,91	29.824.482,96	20.654.509,10
<b>SALDO PATRIMONIAL FINAL DO EXERCÍCIO</b>	<b>7.995.360,91</b>	<b>(881.861,15)</b>	<b>1.351.956,10</b>
<b>ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS</b>			
<b>ORIGEM</b>			
	2014	2015	2016
<b>RECEITAS</b>			
Alienação de Ativos	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	187.150,38
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>			<b>187.150,38</b>
<b>APLICAÇÃO</b>			
	2014	2015	2016
<b>DESPESAS</b>			
Investimentos	3.466.225,11	1.095.459,41	327.080,10
Inversões Financeiras	0,00	40.000,00	65.000,00
Amortização da Dívida	0,00	496.576,21	240.651,71
<b>TOTAL</b>	<b>3.466.225,11</b>	<b>1.632.035,62</b>	<b>632.731,81</b>


# Prefeitura Municipal de São Domingos

 <p><b>PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS</b> LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2018</p>	ANEXO II - PARTE III
	Art. 4º § 2º da LC 101/001
<b>AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS</b>	

ESPECIFICAÇÃO	2016		DIFERENÇA
	META PREVISTA	REALIZADA	
Receitas Correntes Primárias	24.782.000,00	20.309.117,24	4.472.882,76
Receitas de Capital Primárias	1.330.000,00	336.050,38	993.949,62
Redutora Fundeb	750.000,00	2.060.402,52	
<b>TOTAL</b>	<b>25.362.000,00</b>	<b>18.584.765,10</b>	<b>6.777.234,90</b>
Despesas Correntes Primárias	19.287.310,00	16.317.989,48	2.969.320,52
Despesas de Capital Primárias	4.522.690,00	632.731,81	0,52
Reserva de Contingência	200.000,00	0,00	
<b>TOTAL</b>	<b>24.010.000,00</b>	<b>16.950.721,29</b>	<b>7.059.278,71</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO NO PERÍODO</b>			<b>1.874.695,52</b>
<b>RESULTADO NOMINAL NO PERÍODO</b>			<b>(5.923.610,56)</b>

AVALIAÇÃO
<p>O reflexo do baixo índice de avanços econômicos, decorrentes de uma política do Governo Federal com um baixo PIB acarretou um desequilíbrio nas Contas Públicas do nosso Município, entretanto por termos uma Gestão Pública fiscal responsável, vamos trabalhar para que possamos minimizar os efeitos. Todavia observamos que o pequeno aumento das receitas e o elevado gasto do município principalmente com pessoal decorrente do aumento dos salários de forma horizontal e vertical, efetuado pelo Governo Federal, mesmo diante destes fatos conseguimos uma significativa redução em nossa dívida consolidada líquida, em consequência da renegociação e redimensionamento da dívida do nosso Município.</p> <p>Houve no período de 2016 um resultado primário POSITIVO de R\$ e um resultado nominal NEGATIVO de R\$ 1.874.000,00 aproximadamente demonstrando que na gestão orçamentária do município houve um SUPERAVIT entre as receitas fiscais líquidas e as despesas fiscais líquidas. Quanto ao resultado nominal houve redução devido como já dissemos fruto de uma renegociação ou melhor um redimensionamento o exercício.</p> <p>Já as Metas para 2018, o resultado PRIMÁRIO diminuirá em consequência de alguns ajustes nos gastos principalmente nos gastos com Obrigações Patronais. Quanto ao resultado Nominal em relação à Meta colocada para 2017, iremos reduzir e assim atingirmos bons números quanto a dívida consolidada líquida.</p>

**Prefeitura Municipal de São Domingos**

 <p><b>SÃO DOMINGOS</b> JMI NOVO TEMPO. UMA NOVA HISTÓRIA</p>	<p><b>PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS</b> <b>LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS</b> <b>Anexo de Riscos Fiscais - 2018</b></p>	<p><b>ANEXO II - PARTE IV</b> (Art. 4º, § 3º, III da L.C. 101/00)</p>
<p><b>Riscos Fiscais e Providências ( art. 4º, § 3º da LC 101/00 )</b></p>		

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor R\$	Descrição	Valor R\$
Queda nos valores das transferências constitucionais	200.000,00	Contingenciamento de despesas	200.000,00
Concessões de liminares a contribuintes que apresentam indícios de sonegação fiscal	40.000,00	Contingenciamento de despesas	40.000,00
Lei Geral Da Micro e Pequena Empresa - Queda na arrecadação do ISS	30.000,00	Compensação se dará, na mesma proporção, com aumento no consumo, face aumento do	30.000,00
Aumento do Piso Nacional dos Professores, sem o aumento proporcional por aluno recebido pelo Município	215.000,00	Contingenciamento de despesas	215.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>485.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>485.000,00</b>

# Prefeitura Municipal de São Domingos

ESPECIFICAÇÃO	2016					2017					2018					2019					2020				
	2016	2017	2018	2019	2020	2016	2017	2018	2019	2020	2016	2017	2018	2019	2020	2016	2017	2018	2019	2020	2016	2017	2018	2019	2020
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	18.214.149,52	20.393.352,24	26.711.000,00	26.555.000,00	28.210.000,00	20.393.352,24	26.711.000,00	28.210.000,00	26.555.000,00	29.230.000,00	18.214.149,52	20.393.352,24	26.711.000,00	26.555.000,00	28.210.000,00	18.214.149,52	20.393.352,24	26.711.000,00	26.555.000,00	29.230.000,00	18.214.149,52	20.393.352,24	26.711.000,00	26.555.000,00	29.230.000,00
<b>RECEITA CORRENTE AJUSTADA (A)</b>	18.105.387,06	20.309.117,24	26.555.000,00	26.555.000,00	28.055.000,00	18.105.387,06	20.309.117,24	26.555.000,00	26.555.000,00	29.080.000,00	18.105.387,06	20.309.117,24	26.555.000,00	26.555.000,00	28.055.000,00	18.105.387,06	20.309.117,24	26.555.000,00	26.555.000,00	29.080.000,00	18.105.387,06	20.309.117,24	26.555.000,00	26.555.000,00	29.080.000,00
Recosta Tributária	387.982,96	487.474,31	0,00	750.000,00	750.000,00	387.982,96	487.474,31	0,00	750.000,00	750.000,00	387.982,96	487.474,31	0,00	750.000,00	387.982,96	487.474,31	0,00	750.000,00	750.000,00	387.982,96	487.474,31	0,00	750.000,00	750.000,00	387.982,96
Recosta de Contribuição	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
Recosta Patrimonial	108.762,46	86.494,50	160.000,00	156.000,00	155.000,00	108.762,46	86.494,50	160.000,00	156.000,00	155.000,00	108.762,46	86.494,50	160.000,00	156.000,00	155.000,00	108.762,46	86.494,50	160.000,00	156.000,00	155.000,00	108.762,46	86.494,50	160.000,00	156.000,00	155.000,00
(-) Aplicações Financeiras	1.390,00	0,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	1.390,00	0,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	1.390,00	0,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	1.390,00	0,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	1.390,00	0,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
Recosta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recosta Industrial	17.695.179,59	19.590.172,48	25.500.000,00	25.500.000,00	27.000.000,00	17.695.179,59	19.590.172,48	25.500.000,00	25.500.000,00	27.000.000,00	17.695.179,59	19.590.172,48	25.500.000,00	25.500.000,00	27.000.000,00	17.695.179,59	19.590.172,48	25.500.000,00	25.500.000,00	27.000.000,00	17.695.179,59	19.590.172,48	25.500.000,00	25.500.000,00	27.000.000,00
Transferências Correntes	20.834,51	229.210,95	250.000,00	250.000,00	250.000,00	20.834,51	229.210,95	250.000,00	250.000,00	250.000,00	20.834,51	229.210,95	250.000,00	250.000,00	250.000,00	20.834,51	229.210,95	250.000,00	250.000,00	250.000,00	20.834,51	229.210,95	250.000,00	250.000,00	250.000,00
Outras Receitas Correntes	5.187,84	336.650,38	1.450.000,00	1.450.000,00	1.450.000,00	5.187,84	336.650,38	1.450.000,00	1.450.000,00	1.450.000,00	5.187,84	336.650,38	1.450.000,00	1.450.000,00	1.450.000,00	5.187,84	336.650,38	1.450.000,00	1.450.000,00	1.450.000,00	5.187,84	336.650,38	1.450.000,00	1.450.000,00	1.450.000,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	5.187,84	148.300,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	5.187,84	148.300,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	5.187,84	148.300,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	5.187,84	148.300,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	5.187,84	148.300,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
<b>RECEITA DE CAPITAL AJUSTADA (B)</b>	0,00	187.150,38	20.000,00	20.000,00	20.000,00	0,00	187.150,38	20.000,00	20.000,00	20.000,00	0,00	187.150,38	20.000,00	20.000,00	20.000,00	0,00	187.150,38	20.000,00	20.000,00	20.000,00	0,00	187.150,38	20.000,00	20.000,00	20.000,00
(-) Alienação de Bens	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	0,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	0,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	0,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	0,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
(-) Operações de Crédito	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	0,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	0,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	0,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	0,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
Transferências de Capital	5.187,84	148.300,00	1.400.000,00	1.400.000,00	1.400.000,00	5.187,84	148.300,00	1.400.000,00	1.400.000,00	1.400.000,00	5.187,84	148.300,00	1.400.000,00	1.400.000,00	1.400.000,00	5.187,84	148.300,00	1.400.000,00	1.400.000,00	1.400.000,00	5.187,84	148.300,00	1.400.000,00	1.400.000,00	1.400.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	0,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	0,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	0,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	0,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00
(-) Receita Redutora do Fundeb (C)	1.844.507,74	2.060.402,52	2.400.000,00	2.400.000,00	2.600.000,00	1.844.507,74	2.060.402,52	2.400.000,00	2.400.000,00	2.600.000,00	1.844.507,74	2.060.402,52	2.400.000,00	2.400.000,00	2.600.000,00	1.844.507,74	2.060.402,52	2.400.000,00	2.400.000,00	2.600.000,00	1.844.507,74	2.060.402,52	2.400.000,00	2.400.000,00	2.600.000,00
<b>RECEITAS CORRENTES+RECEITAS DE CAPITAL - Ded do Fundeb</b>	16.374.829,62	18.669.000,10	25.761.000,00	25.761.000,00	27.060.000,00	16.374.829,62	18.669.000,10	25.761.000,00	25.761.000,00	27.060.000,00	16.374.829,62	18.669.000,10	25.761.000,00	25.761.000,00	27.060.000,00	16.374.829,62	18.669.000,10	25.761.000,00	25.761.000,00	27.060.000,00	16.374.829,62	18.669.000,10	25.761.000,00	25.761.000,00	27.060.000,00
<b>TOTAL (I) = (A+B) - (C)</b>	16.266.067,16	18.584.765,10	25.665.000,00	25.665.000,00	26.965.000,00	16.266.067,16	18.584.765,10	25.665.000,00	25.665.000,00	26.965.000,00	16.266.067,16	18.584.765,10	25.665.000,00	25.665.000,00	26.965.000,00	16.266.067,16	18.584.765,10	25.665.000,00	25.665.000,00	26.965.000,00	16.266.067,16	18.584.765,10	25.665.000,00	25.665.000,00	26.965.000,00
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	16.303.803,72	16.317.989,48	21.415.580,00	21.399.580,00	22.450.000,00	16.303.803,72	16.317.989,48	21.415.580,00	21.399.580,00	22.450.000,00	16.303.803,72	16.317.989,48	21.415.580,00	21.399.580,00	22.450.000,00	16.303.803,72	16.317.989,48	21.415.580,00	21.399.580,00	22.450.000,00	16.303.803,72	16.317.989,48	21.415.580,00	21.399.580,00	22.450.000,00
<b>DESPESA CORRENTE AJUSTADA (C)</b>	16.303.803,72	16.317.989,48	16.317.989,48	16.317.989,48	16.317.989,48	16.303.803,72	16.317.989,48	16.317.989,48	16.317.989,48	16.317.989,48	16.303.803,72	16.317.989,48	16.317.989,48	16.317.989,48	16.317.989,48	16.303.803,72	16.317.989,48	16.317.989,48	16.317.989,48	16.317.989,48	16.303.803,72	16.317.989,48	16.317.989,48	16.317.989,48	16.317.989,48
(-) Juros e Encargos da Dívida	11.675.657,03	11.377.456,59	13.759.450,00	13.759.450,00	13.900.000,00	11.675.657,03	11.377.456,59	13.759.450,00	13.759.450,00	13.900.000,00	11.675.657,03	11.377.456,59	13.759.450,00	13.759.450,00	13.900.000,00	11.675.657,03	11.377.456,59	13.759.450,00	13.759.450,00	13.900.000,00	11.675.657,03	11.377.456,59	13.759.450,00	13.759.450,00	13.900.000,00
Outras Despesas Correntes	4.628.146,69	4.940.532,89	8.340.130,00	8.340.130,00	8.510.000,00	4.628.146,69	4.940.532,89	8.340.130,00	8.340.130,00	8.510.000,00	4.628.146,69	4.940.532,89	8.340.130,00	8.340.130,00	8.510.000,00	4.628.146,69	4.940.532,89	8.340.130,00	8.340.130,00	8.510.000,00	4.628.146,69	4.940.532,89	8.340.130,00	8.340.130,00	8.510.000,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	1.135.459,41	392.080,10	3.595.420,00	3.595.420,00	3.640.000,00	1.135.459,41	392.080,10	3.595.420,00	3.595.420,00	3.640.000,00	1.135.459,41	392.080,10	3.595.420,00	3.595.420,00	3.640.000,00	1.135.459,41	392.080,10	3.595.420,00	3.595.420,00	3.640.000,00	1.135.459,41	392.080,10	3.595.420,00	3.595.420,00	3.640.000,00
<b>DESPESA DE CAPITAL AJUSTADA (D)</b>	1.095.459,41	377.080,10	3.595.420,00	3.595.420,00	3.600.000,00	1.095.459,41	377.080,10	3.595.420,00	3.595.420,00	3.600.000,00	1.095.459,41	377.080,10	3.595.420,00	3.595.420,00	3.600.000,00	1.095.459,41	377.080,10	3.595.420,00	3.595.420,00	3.600.000,00	1.095.459,41	377.080,10	3.595.420,00	3.595.420,00	3.600.000,00
Investimentos	40.000,00	65.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	65.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	65.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	65.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	65.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00
Inversões Financeiras	496.576,21	240.651,71	3.400.000,00	3.400.000,00	3.400.000,00	496.576,21	240.651,71	3.400.000,00	3.400.000,00	3.400.000,00	496.576,21	240.651,71	3.400.000,00	3.400.000,00	3.400.000,00	496.576,21	240.651,71	3.400.000,00	3.400.000,00	3.400.000,00	496.576,21	240.651,71	3.400.000,00	3.400.000,00	3.400.000,00
(-) Amortização da Dívida	0,00	0,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00															